



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 26/XVI/1.ª

Aprova o Orçamento do Estado para 2025

Investimentos em equipamentos e instalações dos Corpos de Bombeiros

Proposta de Aditamento

TÍTULO IX

Disposições complementares, finais e transitórias

Capítulo I

Políticas setoriais

Artigo 141.º-A

Investimentos em equipamentos e instalações dos Corpos de Bombeiros

1 – O Governo procede à transferência de fundos do PRR destinados à proteção civil para a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil nos seguintes montantes:

- a) € 70.000.000 para obras de manutenção e requalificação em quartéis de bombeiros;
- b) € 30.000.000 destinados à retirada de fibrocimento das infraestruturas;
- c) € 660.000 para manutenção de veículos de combate a incêndios.

Assembleia da República, 13 de novembro de 2024

Os Deputados,

Nota Justificativa:

Os Bombeiros são a principal força do sistema de proteção civil e asseguram, em todo o país, durante todo o ano, a emergência pré-hospitalar, socorro e resgate de vítimas de acidentes rodoviários, transporte de doentes não urgentes, combate a incêndios rurais, urbanos ou industriais, cheias e inundações. Prestam ainda outros serviços relevantes para as suas populações.

Compete ao Estado o financiamento das Associações Humanitárias de Bombeiros - AHBV, garantindo condições para o cumprimento das diversas missões que lhes estão atribuídas e, para esse efeito, o Estado deveria dispor de uma lei de programação de investimentos em matéria de instalações e equipamentos dos corpos de bombeiros à semelhança do que já acontece com as forças e serviços de segurança.

Existindo verba especificamente destinada no PRR à proteção civil, importa que o Orçamento do Estado responda às carências de investimentos urgentes e inadiáveis das AHBV em infraestruturas e equipamentos.

Para requalificar e fazer a manutenção das instalações de Corpos de Bombeiros, são necessários cerca de 70 milhões de euros, sendo de referir a necessidade que ainda subsiste a retirada das coberturas de amianto, para a qual se propõe um valor de 30 milhões de euros.

Por outro lado, no que toca a equipamentos, existe uma necessidade premente de recuperação e aquisição de veículos, nomeadamente autoescadas, que, na ausência da referida manutenção, ficarão inutilizáveis, comportando um custo muito maior para o Estado e uma lacuna grave na capacidade operacional dos bombeiros. Para esse fim, o PCP propõe a dotação de uma verba de 660 mil euros.